



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Dos mais de quarenta mil agregados familiares que se candidataram em 2013 a uma habitação económica, apenas pouco mais de mil e novecentos, segundo os resultados recentemente divulgados pelo Governo, foram contemplados no sorteio de atribuição, ou seja, uma decepção para a grande maioria.

Estando a oferta de habitação pública longe de poder acompanhar a procura, bem devia o Governo encontrar formas para ultrapassar a situação. O que mais desaponta é que, dos nove projectos de construção de habitação pública, nenhum está ainda realizado, entre os quais três que faziam parte do plano de construção das dezanove mil habitações públicas, isto é, o de construção do edifício de habitação social no Fai Chi Kei, cuja ocupação está a tardar, e os de construção de habitação pública em Mong Há e na Rua Central de T'oi Sán, cujas obras ficaram suspensas, sem data para o seu reinício.

Em termos de oferta de habitação pública, se bem que possamos contar no futuro com as mil e quatrocentas fracções autónomas do novo acesso entre Guangdong e Macau, e as vinte e oito mil fracções autónomas da Zona "A" dos Novos Aterros Urbanos, o certo é que "água que está longe não apaga



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

o fogo que está perto”. Ou até podemos aditar as quatrocentas fracções autónomas da Doca do Lamau, as duas mil fracções a serem construídas na actual Central Térmica da CEM na Rua dos Pescadores e no troço a Este da Piscina Olímpica da Taipa e as duas mil fracções a serem construídas no troço Oeste da Taipa, só que não há ainda qualquer projecto de construção em concreto para essas fracções e nem se sabe qual a percentagem a ser destinada para habitação económica e para habitação social, o que põe, de facto, as dezenas de milhares de agregados familiares não contemplados à espera da atribuição de uma habitação por tempo indefinido.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Dos nove projectos de construção de habitação pública iniciados, nenhum está ainda concluído e parte deles tem as obras suspensas, sem data para o seu reinício. Até à data, as autoridades ainda não responderam à minha interpelação de Julho, em que pedia esclarecimentos sobre os detalhes que conduziram a esta situação. Quando é que terá lugar a construção das quatro mil e quatrocentas fracções nas cinco parcelas de terrenos projectadas para construção de habitação pública? Terá o Governo uma calendarização sobre a data da sua conclusão e ocupação?
2. Afirmam as autoridades que vão rever, em conjunto com os serviços da área de empreendimentos, os procedimentos relativos à avaliação das propostas, no sentido de estudar a viabilidade sobre a introdução, nomeadamente, de normas sobre a cláusula penal no regime jurídico



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de empreitada de obras públicas, sem contudo afastar ainda a hipótese de se fazer menção expressa das respectivas responsabilidades e sanções nos futuros contratos de empreitada de obras públicas. Assim sendo, e para garantir que o empreiteiro cumpra as suas obrigações contratuais, concluindo a construção no prazo estabelecido, pensa o Governo em introduzir nos contratos o “regime de cláusula penal”?

16 de Outubro de 2015

—
A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Kwan Tsui Hang